



2022/2008(INI)

20.6.2022

PARECER

da Comissão do Mercado Interno e da Proteção dos Consumidores

dirigido à Comissão da Indústria, da Investigação e da Energia

sobre a execução da nova estratégia industrial atualizada para a Europa:
alinhamento das despesas com as políticas
(2022/2008(INI))

Relatora de parecer: Maria da Graça Carvalho

PA_NonLeg

SUGESTÕES

A Comissão do Mercado Interno e da Proteção dos Consumidores insta a Comissão da Indústria, da Investigação e da Energia, competente quanto à matéria de fundo, a incorporar as seguintes sugestões na proposta de resolução que aprovar:

Nova estratégia industrial na era pós-COVID

1. Recorda que a nova estratégia industrial foi atualizada para refletir os ensinamentos retirados da pandemia de COVID-19 e impulsionar a recuperação do mercado único, e que esta estratégia será fundamental para potenciar a competitividade da UE, pôr em marcha a transição ecológica e digital e garantir que o mercado interno esteja mais bem preparado para fazer face aos desafios futuros; lembra que, para relançar, aprofundar e assegurar o bom funcionamento do mercado único, é essencial dispor de um sistema de governação sólido e de um sistema digitalizado de fiscalização do mercado; exorta a Comissão a velar por que a estratégia industrial contribua para eliminar os obstáculos injustificados ao mercado único e evitar uma maior fragmentação e abordagens nacionais divergentes, sem perder de vista a necessidade de reforçar a proteção dos consumidores; recorda a importância de eliminar a burocracia e os custos excessivos para as PME e as microempresas que operam no mercado único;
2. Salienta que as grandes políticas da União devem ser consideradas na sua globalidade no âmbito da estratégia industrial, que deve ter por objetivo a harmonização dos diferentes instrumentos e a plena integração nas iniciativas existentes; salienta ainda que a estratégia industrial deve ser coerente e deve salvaguardar e favorecer a competitividade industrial em todos os domínios da política europeia, assegurando simultaneamente a proteção dos consumidores e a realização de progressos na consecução dos objetivos ambientais; recorda, neste contexto, a importância de manter e continuar a desenvolver a liderança europeia em setores estratégicos, em particular nos setores que se revelaram essenciais durante a pandemia de COVID-19; salienta que a política industrial europeia deve trazer benefícios a todos os Estados-Membros; sublinha a importância de manter um diálogo aberto com todos os setores industriais e partes interessadas pertinentes;
3. Recorda as restrições não coordenadas que perturbaram gravemente o bom funcionamento do mercado interno durante a pandemia e conduziram a graves perturbações nas cadeias de abastecimento em inúmeros ecossistemas industriais, em particular nos setores alimentar e farmacêutico; sublinha, a este respeito, a necessidade de evitar desequilíbrios na cadeia de abastecimento alimentar europeia e de garantir a segurança alimentar e a resiliência no que diz respeito à produção farmacêutica e médica; recorda igualmente que os controlos fronteiriços e o encerramento das fronteiras trouxeram dificuldades aos trabalhadores transfronteiriços ou sazonais e sublinha a importância da livre circulação sem obstáculos; insta a Comissão a continuar a avaliar a forma como a pandemia perturbou as cadeias de valor transfronteiriças, uma vez que a estratégia industrial deve permitir a consecução das cadeias de valor em determinadas indústrias, a fim de promover a autonomia estratégica aberta da UE;
4. Congratula-se com a publicação, pela Comissão, da estratégia da UE para os têxteis

sustentáveis e circulares; recorda que a indústria têxtil enfrenta uma recuperação lenta do declínio durante a pandemia, sendo também afetada pela deslocalização maciça dos locais de produção para países terceiros; sublinha a necessidade de visar as PME, que são os principais intervenientes no setor;

Estratégia industrial e situação na Ucrânia

5. Sublinha que a guerra ilegal, não provocada e injustificada da Rússia contra a Ucrânia reforça a urgência de construir uma base económica mais resiliente, sustentável e sólida na UE e de concluir o mercado único em setores industriais e estratégicos fundamentais; sublinha, neste contexto, a importância da diversificação do aprovisionamento e da prevenção da dependência excessiva em domínios como a energia, as matérias-primas e os produtos críticos, uma vez que tal pode conduzir a vulnerabilidades e reduzir a capacidade de ação da UE; salienta a necessidade de uma abordagem europeia coordenada nos domínios da produção de energia e das infraestruturas de transporte (RTE-T), melhorando simultaneamente a eficiência dos recursos e promovendo a economia circular, a fim de reforçar a estratégia industrial;
6. Insta a Comissão e os Estados-Membros a adotarem uma abordagem global quando criam incentivos para apoiar os setores industriais estratégicos e as suas cadeias de abastecimento, como os produtos alimentares, farmacêuticos e outros, que fazem face a um aumento acentuado dos custos da energia, dos transportes e das matérias-primas devido à guerra na Ucrânia; exorta a Comissão, em particular, a pôr em marcha uma estratégia sobre as matérias-primas críticas e os recursos necessários para as tecnologias facilitadoras essenciais, a digitalização e a transição ecológica; apoia, além disso, a adoção de medidas de apoio específicas para clientes e empresas vulneráveis no contexto industrial, em especial as PME e as microempresas vulneráveis, a fim de atenuar as piores repercussões económicas e sociais dos preços elevados da energia;

Reforçar a autonomia estratégica aberta

7. Reitera a necessidade de reforçar a autonomia estratégica aberta europeia, fazendo face às perturbações e vulnerabilidades das cadeias de abastecimento, garantindo a sua resiliência e investindo em competências, qualificações profissionais, cibersegurança, infraestruturas digitais, economia dos dados e tecnologias essenciais, como a inteligência artificial, as redes 5G e 6G, os microprocessadores e semicondutores, as baterias, a produção 3D, a computação de alto desempenho e as tecnologias quânticas; salienta a urgência de expandir tecnologias industriais inovadoras de ponta em toda a União, em particular nos setores críticos com utilização intensiva de energia, nomeadamente para fechar os circuitos de carbono nas cadeias de valor das indústrias com utilização intensiva de energia através da reutilização e reciclagem de recursos; observa a necessidade de utilizar plenamente a inteligência artificial de forma responsável; sublinha que as zonas rurais, periféricas e ultraperiféricas também devem beneficiar destes investimentos;
8. Salienta a importância de melhorar a disponibilidade de dados, respeitando as normas em matéria de proteção de dados, e pugna a favor de um mercado único de dados, de molde a apoiar o desenvolvimento industrial da UE, promover a inovação e reforçar o mercado único digital no seu conjunto; solicita à Comissão que acelere os progressos

em todas as iniciativas relacionadas com dados, melhorando a partilha e o intercâmbio de dados, apoiando o desenvolvimento de espaços comuns europeus de dados e promovendo a criação de infraestruturas europeias partilhadas; considera que a UE deve cooperar de forma eficaz com os parceiros internacionais para alcançar normas digitais compatíveis;

Transição ecológica e digital

9. Recorda igualmente que, para lograr a autonomia estratégica aberta, a transição ecológica e digital deve ser acelerada em toda a UE; sublinha o enorme défice de investimento nas indústrias tecnológicas necessárias à transformação digital e ecológica da nossa sociedade, e reitera a necessidade de reforçar os investimentos em tecnologias digitais e ecológicas; insta a Comissão e os Estados-Membros a apoiarem plenamente esta abordagem horizontal, a fim de assegurar que a Europa continue a ser líder mundial no domínio das tecnologias facilitadoras cruciais;
10. Recorda que o Pacto Ecológico só pode ser posto em marcha com um aumento da produção e da utilização de energias renováveis, reconhecendo simultaneamente a importância das medidas de eficiência energética, que conduzirão a reduções do consumo de energia primária, e da garantia de um acesso suficiente a energias limpas seguras, diversificadas e a preços acessíveis, a fim de promover a transição ecológica da indústria europeia e a sua competitividade a nível mundial; congratula-se, além disso, com o lançamento da iniciativa Novo Bauhaus Europeu no contexto da estratégia industrial, a fim de promover e desenvolver a sustentabilidade, em particular no que diz respeito aos setores da arquitetura, da construção e da habitação, colocando igualmente a tónica no planeamento e desenvolvimento urbano sustentáveis e garantindo a inclusão de todos os cidadãos europeus;
11. Sublinha que a estratégia industrial deve fazer face aos principais obstáculos a um desenvolvimento mais rápido das energias renováveis e aumentar o consumo sustentável, nomeadamente encontrando formas de ligar melhor as PME e os produtores de energia no sistema; sublinha que informações ambientais fiáveis e verificáveis, bem como informações sobre a durabilidade e a reparabilidade dos produtos, são fundamentais para transformar os padrões de consumo numa direção sustentável;

Reforçar o mercado interno

12. Apela a um relançamento da estratégia para o mercado único, de molde a tirar maior partido do potencial do mercado único através da eliminação da fragmentação das abordagens regulamentares, da adoção de legislação proporcionada, da modernização das administrações públicas e da redução dos ónus burocráticos para as empresas, da superação dos obstáculos existentes ao investimento para reduzir os custos de conformidade regulamentar, do estímulo à concorrência e à inovação liderada pelo mercado e da promoção da UE como líder mundial em matéria de proteção dos consumidores; sublinha que a competitividade industrial da UE se baseia num mercado único totalmente funcional e resiliente, que seja portador de benefícios para todos os Estados-Membros e todos os seus cidadãos, em particular se estiver centrado nos direitos dos consumidores, bem como nas necessidades das empresas, incluindo as PME, as microempresas e as empresas em fase de arranque;

13. Exorta a Comissão e os Estados-Membros a reforçarem a cooperação entre si e com os operadores económicos e a utilizarem novas tecnologias para eliminar obstáculos regulamentares e não regulamentares injustificados, bem como encargos administrativos no mercado único, incluindo no setor dos serviços; salienta os benefícios económicos da conclusão do mercado único, em particular à luz das estimativas da Comissão segundo as quais novas melhorias no mercado único dos produtos industriais poderiam gerar entre 183 e 269 mil milhões de euros por ano, enquanto os lucros de uma maior integração dos mercados de serviços poderiam atingir 297 mil milhões de euros por ano, o que, por si só, aumentaria os benefícios económicos de 8-9 % para cerca de 12 % do PIB adicional¹;
14. Insta a Comissão a apresentar um ambicioso Instrumento de Emergência para o Mercado Único capaz de reforçar a resiliência e de garantir o bom funcionamento do mercado único em tempos de crise, desenvolvendo simultaneamente sólidas medidas de preparação para situações de crise sem comprometer os esforços para eliminar barreiras injustificadas no mercado único; solicita, além disso, à Comissão que melhore a eficácia dos instrumentos de governação existentes;
15. Recorda que, além dos ecossistemas verticais, é necessário adotar abordagens horizontais, nomeadamente em relação às tecnologias facilitadoras, e que o ecossistema digital deve ser integrado horizontalmente com todos os demais ecossistemas industriais; recorda que o ecossistema do turismo foi o mais afetado durante a pandemia, e que vários outros ecossistemas também estão a ter uma recuperação lenta, como a indústria têxtil e o setor cultural e criativo, ao passo que o ecossistema digital aumentou o seu volume de negócios durante a crise; salienta a importância do Fórum Industrial criado pela estratégia industrial e observa que, entre os cinco grupos de trabalho criados, um é diretamente relevante para o mercado único e analisa os aspetos horizontais do mercado único e a eliminação de obstáculos injustificados, e outro centra-se especificamente na produção avançada enquanto facilitador horizontal de uma vasta gama de ecossistemas;
16. Sublinha a necessidade de incluir na estratégia industrial a indústria de jogos como uma das indústrias com maior potencial de desenvolvimento, recordando que a maioria dos produtores e criadores de jogos não são intervenientes europeus; preconiza a definição de vias claras a nível europeu para permitir que a indústria cresça e se torne um líder no setor;

Promover a normalização

17. Reconhece a estratégia europeia de normalização e sublinha que normas harmonizadas, juntamente com a inovação, podem melhorar o bem-estar económico, social e ambiental, incluindo a saúde e a segurança dos consumidores e dos trabalhadores; considera, por conseguinte, que são essenciais normas eficazes para o bom funcionamento do mercado único, a segurança dos produtos, a competitividade mundial, a transição ecológica e digital e a proteção dos consumidores; sublinha a importância da transparência e da inclusividade e de evitar uma burocracia excessiva na normalização; considera que a estratégia de normalização deverá ter por objetivo contribuir para

¹ Comunicação da Comissão, de 2 de março de 2022, intitulada «Rumo a uma economia ecológica, digital e resiliente: o nosso modelo europeu de crescimento» (COM(2022)0083).

melhorar a reutilização e a reciclagem de materiais e promover a utilização de recursos secundários;

18. Salienta que é crucial que a estratégia de normalização continue a atrair os melhores peritos e promova uma abordagem mais coordenada em termos de definição de normas internacionais e que os objetivos estratégicos sejam discutidos e decididos com a participação ativa de todas as partes interessadas relevantes;
19. Apela à apresentação de propostas ambiciosas da Comissão sobre a próxima reforma aduaneira, incluindo no tocante ao Código Aduaneiro da União; sublinha a importância de assegurar que os controlos aduaneiros em toda a UE se pautem pelas mesmas normas; defende uma reforma que garanta um comércio aberto, justo e sustentável e que proteja os consumidores contra produtos perigosos e não conformes; insta a Comissão a ter em conta, na sua reforma, o «Relatório do Grupo de Sábios sobre a Reforma da União Aduaneira da UE»²;

Contratos públicos e competitividade das PME

20. Sublinha a necessidade de reforçar a competitividade das PME, das microempresas e da indústria, fazendo face aos riscos de aprovisionamento, às dependências, perturbações e vulnerabilidades, especialmente nas economias ecológica e digital; salienta que um quadro de contratação pública eficaz, aberto, justo e cooperativo, a par do investimento público, pode desempenhar um papel importante no apoio ao emprego, ao crescimento sustentável, à competitividade, aos investimentos inovadores e à promoção do consumo sustentável e da adoção de produtos sustentáveis; insta a Comissão e os Estados-Membros a continuarem a trabalhar na correta aplicação da legislação da UE em matéria de contratos públicos, que reflita considerações económicas, sociais e ambientais, a fim de criar um mercado único que funcione bem e esteja harmonizado; recorda a importância das orientações da Comissão em matéria de contratos públicos ecológicos, que virão acrescer aos esforços da UE para se tornar uma economia eficiente em termos de recursos e contribuirão para estimular a procura de bens e serviços mais sustentáveis, promovendo simultaneamente a ecoinovação;
21. Recorda a importância das orientações elaboradas pela Comissão que dão indicações práticas sobre a forma como os Estados-Membros devem incluir objetivos de desempenho e critérios de qualidade, como a proposta economicamente mais vantajosa, nos contratos adjudicados através da contratação pública e sobre a forma de associar de forma mais adequada uma pluralidade de fabricantes, incluindo PME e microempresas; insta a Comissão e os Estados-Membros a estudarem atentamente a posição das PME no que diz respeito à participação nos contratos públicos; sublinha a importância das PME para a competitividade e a inovação no mercado interno, reconhecendo a respetiva posição enquanto produtoras e também como prestadoras de serviços industriais a outros fabricantes; insta a Comissão a apoiar as PME, as microempresas e as empresas em fase de arranque na melhoria do acesso ao financiamento, contribuindo simultaneamente para reduzir as aquisições de empresas europeias, sempre que tais

² Putting more Union in the European Customs - Ten proposals to make the EU Customs Union fit for a Geopolitical Europe [«Colocar mais União nas alfândegas europeias – Dez propostas para preparar a União Aduaneira da UE para uma Europa geopolítica»]. Relatório do Grupo de Sábios sobre a Reforma da União Aduaneira da UE, Bruxelas, março de 2022.

aquisições ameacem a inovação europeia, e a fornecer orientações claras sobre a forma de cumprir as regras setoriais da UE, se for caso disso;

22. Recorda a importância de práticas de contratação pública eficazes e sustentáveis, especialmente no contexto do ecossistema da saúde; insta a Comissão a apoiar os Estados-Membros no desenvolvimento de regras específicas relativas à aquisição conjunta de bens essenciais, como medicamentos, com o objetivo de garantir a sustentabilidade a longo prazo, a segurança do aprovisionamento, a concorrência leal e os investimentos em capacidades de produção;
23. Recorda a importância de regras de concorrência adaptadas à nova dinâmica do mercado da UE e a um contexto global em mutação, a fim de garantir uma concorrência efetiva e leal no mercado único e de aumentar a escolha dos consumidores;

Investigação, inovação e tecnologias de ponta

24. Recorda os compromissos de aumentar os investimentos em I&D para 3 % do PIB e de reforçar o Espaço Europeu da Investigação, a fim de desenvolver um mercado único para a investigação e a inovação; congratula-se com o estabelecimento de alianças industriais em diferentes setores e sublinha que essas alianças, juntamente com parcerias público-privadas, são importantes para desenvolver tecnologias de ponta; salienta que o aumento dos investimentos em I&D constitui uma necessidade absoluta para que a UE continue a ser competitiva; sublinha que os investimentos em I&D devem centrar-se em todos os setores industriais e não apenas no setor da indústria transformadora, e insta a Comissão e os Estados-Membros a facilitarem uma maior participação das PME e das microempresas no mercado da I&D; insta a Comissão a garantir a transparência, a inclusão, a coerência e as sinergias em todas as iniciativas e em todos os instrumentos de financiamento e regulamentares de apoio à indústria, às PME e às microempresas, em particular no que diz respeito à transição ecológica e digital; exorta a Comissão a desenvolver um Espaço Europeu da Inovação capaz de transformar os resultados científicos em produtos comerciais, apoiando as empresas em fase de arranque e as PME e mantendo as empresas no mercado único da União;
25. Salienta a necessidade de pôr em marcha as iniciativas destinadas a reforçar o Espaço Europeu da Investigação, o Espaço Europeu da Educação e os Ecossistemas Europeus de Inovação, com vista à criação de um mercado interno europeu forte para a investigação e a inovação;
26. Exorta a Comissão a elaborar orientações claras, eficazes, simples e abrangentes sobre os instrumentos existentes, que devem abordar as prioridades estratégicas em vários setores industriais, nomeadamente os projetos importantes de interesse europeu comum, as várias alianças (dados industriais, lançadores de engenhos espaciais, aviação com emissões nulas, baterias, etc.), os consórcios europeus de infraestruturas digitais e outros; salienta a importância de assegurar as sinergias adequadas entre os diferentes instrumentos, programas e fundos, desde o Mecanismo de Recuperação e Resiliência até aos fundos estruturais, e sublinha a necessidade de uma melhor integração dos mesmos nas empresas comuns e nas outras iniciativas decorrentes do Horizonte Europa, como o Instituto Europeu de Tecnologia e Inovação e o Conselho Europeu de Inovação;

Reforçar as competências

27. Insta a Comissão a desenvolver medidas concretas para apoiar os Estados-Membros no combate à inadequação das competências em determinados setores, promovendo simultaneamente condições de trabalho dignas; preconiza um reequilíbrio, no âmbito do mercado único, da fuga de talentos, de peritos tecnológicos e de conhecimentos especializados, bem como a melhoria do financiamento da investigação, da inovação e do desenvolvimento tecnológico; salienta, além disso, a necessidade de os Estados-Membros tomarem medidas decisivas através dos seus quadros nacionais, a fim de garantir a correta aplicação do Pacto para as Competências e de outras iniciativas da UE destinadas a criar oportunidades de requalificação e melhoria de competências para a mão de obra; recorda a importância de reforçar a educação e a formação, em particular para desenvolver as competências necessárias para apoiar a transição ecológica e digital do mercado único;
28. Salienta a necessidade de um diálogo permanente entre as autoridades competentes e os operadores económicos, a fim de velar por que a mão de obra esteja mais bem preparada para as novas necessidades industriais; recorda que, para levar a bom termo a transição ecológica e digital dos setores industriais, importa garantir o reconhecimento mútuo das qualificações dos profissionais altamente qualificados e qualificados;
29. Salienta que o problema da falta de mulheres no setor industrial contribui para a disparidade salarial e de pensões entre homens e mulheres; solicita que sejam tomadas medidas no contexto da estratégia industrial para combater as disparidades de género nas indústrias europeias e a falta de oportunidades para as mulheres, em particular nos domínios CTEM; recorda, além disso, que a digitalização das indústrias tradicionais pode conduzir à criação de emprego em novas indústrias, mas pode também perturbar os atuais postos de trabalho e, em certos casos, conduzir a condições de trabalho precárias; recorda que estes desafios exigem medidas e investimentos financeiros adequados no contexto da estratégia industrial.

**INFORMAÇÕES SOBRE A APROVAÇÃO NA COMISSÃO ENCARREGADA DE
EMITIR PARECER**

Data de aprovação	16.6.2022
Resultado da votação final	+: 36 -: 0 0: 6
Deputados presentes no momento da votação final	Pablo Arias Echeverría, Alessandra Basso, Brando Benifei, Adam Bielan, Andrea Caroppo, Anna Cavazzini, Dita Charanzová, Deirdre Clune, Alexandra Geese, Sandro Gozi, Maria Grapini, Krzysztof Hetman, Virginie Joron, Eugen Jurzyca, Arba Kokalari, Marcel Kolaja, Andrey Kovatchev, Maria-Manuel Leitão-Marques, Adriana Maldonado López, Beata Mazurek, Leszek Miller, René Repasi, Christel Schaldemose, Andreas Schwab, Tomislav Sokol, Ivan Štefanec, Róza Thun und Hohenstein, Kim Van Sparrentak, Marion Walsmann
Suplentes presentes no momento da votação final	Marco Campomenosi, Maria da Graça Carvalho, Geoffroy Didier, Malte Gallée, Karen Melchior, Tsvetelina Penkova, Antonio Maria Rinaldi, Marc Tarabella, Kosma Zlotowski
Suplentes (art. 209.º, n.º 7) presentes no momento da votação final	Nicola Beer, Rosanna Conte, Vlad Gheorghe, Ondřej Kovařík

VOTAÇÃO NOMINAL FINAL NA COMISSÃO ENCARREGADA DE EMITIR PARECER

36	+
ECR	Adam Bielan, Beata Mazurek, Kosma Zlotowski
PPE	Pablo Arias Echeverría, Andrea Caroppo, Maria da Graça Carvalho, Deirdre Clune, Geoffroy Didier, Krzysztof Hetman, Arba Kokalari, Andrey Kovatchev, Andreas Schwab, Tomislav Sokol, Ivan Štefanec, Marion Walsmann
RENEW	Nicola Beer, Dita Charanzová, Vlad Gheorghe, Sandro Gozi, Ondřej Kovařík, Karen Melchior, Róza Thun und Hohenstein
S&D	Brando Benifei, Maria Grapini, Maria-Manuel Leitão-Marques, Adriana Maldonado López, Leszek Miller, Tsvetelina Penkova, René Repasi, Christel Schaldemose, Marc Tarabella
VERTS/ALE	Anna Cavazzini, Malte Gallée, Alexandra Geese, Marcel Kolaja, Kim Van Sparrentak

0	-

6	0
ECR	Eugen Jurzyca
ID	Alessandra Basso, Marco Campomenosi, Rosanna Conte, Virginie Joron, Antonio Maria Rinaldi

Legenda dos símbolos:

+ : a favor

- : contra

0 : abstenção